

A HISTÓRIA DOS CONDENADOS DA TERRA: QUEM DEVE VIVER? QUEM DEVE MORRER? O COTIDIANO DOS GRUPOS MARGINALIZADOS NO BRASIL

THE STORY OF THE DAMNED OF THE EARTH: WHO SHOULD LIVE? WHO SHOULD DIE? THE DAILY LIFE OF MARGINALIZED GROUPS IN BRAZIL

Rander de Souza

RESUMO: O texto, fundamentado em epistemologias decoloniais, examina trajetórias e obstáculos dos conhecimentos gerados pelos poderosos e valoriza as memórias dos dominados. Também, como capitalismo, colonialismo e racismo moldaram as relações sociais e econômicas, no Brasil, usando o conceito de necrobiopolítica para evidenciar as violências contra grupos marginalizados. Destaca-se, nesse contexto, o período de pandemia da COVID-19, que evidenciou as desigualdades sociais e históricas exacerbadas no Brasil.

Palavras-chave: Colonização; Racismo; COVID-19.

ABSTRACT: The text, grounded in decolonial epistemologies, examines trajectories and obstacles of knowledge generated by the powerful and values the memories of the dominated. It also explores how capitalism, colonialism, and racism shaped social and economic relations in Brazil, using the concept of necropolitics to highlight violence against marginalized groups. Notably, during the COVID-19 pandemic, social and historical inequalities in Brazil were exacerbated.

Keywords: Colonization; Racism, COVID-19.

Introdução

Inicialmente, este texto apresenta a necessidade de reflexão acerca do passado no Brasil e suas implicações no presente e no futuro. Para tanto, ressalta-se que a investigação do passado é fundamental para compreendermos o presente e moldarmos o futuro. Embora nossa pesquisa se concentre no contexto atual, não podemos ignorar as raízes históricas que nos trouxeram até aqui. Neste ensaio, exploraremos como o passado influencia o presente e como nossas escolhas atuais impactam o futuro, considerando questões como racismo, colonialismo e a pandemia de Covid-19.

Ademais, o passado como base do presente não é um mero registro de eventos distantes; mas é a base sobre a qual construímos nossa realidade atual. As decisões tomadas por gerações anteriores moldaram nossas instituições, nossos valores e nossas estruturas sociais. Ao estudar o passado, podemos compreender como chegamos até o momento atual. A análise crítica das experiências históricas permite identificar padrões, sucessos e fracassos, bem como aprendizado.

Assim, nesse contexto, o tempo presente é o resultado de uma série de acontecimentos históricos, mas também é moldado por nossas escolhas individuais e coletivas. Cada ação que tomamos, atualmente, tem implicações futuras. Portanto, o racismo, por exemplo, é uma herança do passado, mas também é perpetuado por atitudes e políticas presentes. Nossas decisões diárias afetam a perpetuação ou a transformação dessas estruturas.

Dito isso, o presente não é apenas uma consequência do passado, visto que, também, é uma responsabilidade. As escolhas que fazemos agora causam impacto nas próximas gerações. O colonialismo, que deixou cicatrizes profundas em muitas nações, ainda reverbera em questões de desigualdade, de exploração e de identidade. Desse modo, cabe a cada um decidir como enfrentar esses legados.

Nesse sentido, a pandemia de Covid-19 é um claro exemplo contemporâneo de como o passado e o presente se entrelaçam. As respostas à crise são influenciadas por sistemas de saúde, políticas públicas e desigualdades, que têm raízes históricas, bem como nossas escolhas durante a pandemia, que afetaram diretamente o futuro. A vacinação, o distanciamento social e a solidariedade são decisões que moldaram o curso dessa crise e suas consequências.

Em síntese, a pesquisa sobre o presente deve ser informada pelo passado, mas também deve-se reconhecer que o presente é uma arena de escolhas e de responsabilidades. Ao enfrentarmos desafios como o racismo, o colonialismo e a pandemia, devemos olhar para trás e para frente, buscando um futuro mais justo e equitativo.

Neste sentido, quando se adentra o período histórico abolicionista, depara-se com o término formal do regime escravocrata no Brasil. Esse marco histórico, embora distante no tempo, ainda repercute em nossa sociedade contemporânea. Alguns estudiosos consideram que o fim da escravidão é um evento recente, e essa perspectiva nos convida a refletir sobre suas implicações no presente e no futuro. Há, também, outros estudiosos que defendem que o período colonial nunca

teve fim, pois vivemos ainda sob o jugo do Colonialismo. Isso pode ser constatado com nitidez na obra de Nêgo Bispo¹.

Infelizmente, na vida cotidiana, constatamos ou presenciamos ações racistas. No século XXI, não são apenas as sombras do terror do período colonial que ainda nos assombram, mas também a continuidade desse período em muitos aspectos da nossa sociedade. As memórias de um passado doloroso insistem em fazer parte do nosso presente, lembrando-nos invariavelmente das injustiças sofridas por aqueles que foram feitos perdedores. Assim, os derrotados no processo de colonização não aceitaram passivamente sua condição. Eles lutaram, resistiram e persistiram, mesmo quando enfrentavam adversidades avassaladoras. Essa resistência não se limitou apenas aos campos de batalha, pois manifestou-se em diversas formas: Cultura e Identidade; Organização Social e Política; Narrativas Alternativas, entre outros moldes.

Saidiya Hartman² destaca que há necessidade, com urgência, de buscar outros caminhos epistemológicos a fim de não reproduzir visões colonialistas, no caso, em que a submissão coloca a figura do dominador contra o dominado e, assim, possibilita a reprodução da história, universal e etnocêntrica, ditada pela Europa. Hartman e Chimamanda³ alertam para “o perigo da história única”, uma vez que, recuperar histórias apagadas, significa ensinar para a sociedade de hoje que não podemos repetir as monstruosidades do passado – embora elas sempre estejam batendo à nossa porta.

Desse modo, o objetivo central dos que estão no poder é ocultar as narrativas dos marginalizados, tornando-as inacessíveis, de modo que as futuras gerações não percebam as violências e as subordinações que foram sendo normalizadas e solidificadas por meio dos mecanismos de opressão.

Assim, a partir das epistemologias dos estudos Decoloniais, nosso objetivo é expor tanto as trajetórias e os obstáculos dos conhecimentos gerados pelos poderosos quanto um esforço para valorizar as memórias dos dominados. Destacando, portanto, como essa disputa de conhecimento

¹*Nêgo Bispo e a crítica ao colonialismo e à mercantilização do conhecimento* - Nêgo Bispo propôs o conceito de contracolonialismo. Essa abordagem é um antídoto contra o veneno da colonização, buscando fortalecer a cultura, bem como práticas e organização social dos povos colonizados. O contracolonialismo é uma atitude de resistência, que reconhece que os efeitos do colonialismo persistem mesmo após a independência formal das colônias. Assim, desafiando a noção de que o colonialismo terminou e argumentando que as estruturas de poder continuam a moldar nossas vidas.

²HARTMAN, Saidiya. *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais*. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022.

³ADICHIE, Chimamanda Ngozi. O perigo de uma história única é uma adaptação da primeira palestra proferida por Chimamanda Ngozi Adichie. *TED Talk*, 2009.

produzido pelos poderosos se manifesta por meio de várias ferramentas na sociedade brasileira, que está submetida a um certo estilo de governança, contribuindo para a manutenção de uma espécie de ordem social injusta.

Nesse sentido, as epistemologias Decoloniais questionam as estruturas de poder e os padrões de conhecimento estabelecidos pelo colonialismo e pelo eurocentrismo. Elas buscam descolonizar o pensamento, valorizando outras formas de conhecimento e perspectivas não hegemônicas. Neste cerne, os conhecimentos produzidos pelos poderosos, frequentemente, refletem suas agendas e seus interesses. Essa produção é moldada por relações de poder e por hierarquias. Contudo, as análises críticas desses conhecimentos revelam como eles perpetuam desigualdades e marginalizam outras vozes.

No entanto, com muita frequência, memórias dos dominados são apagadas ou negligenciadas. Sendo assim, valorizá-las é um ato de resistência. Essas memórias contêm narrativas alternativas, experiências subalternas e perspectivas que desafiam o *status quo*. A disputa de conhecimento está intrinsecamente ligada à governança. Quem detém o poder também controla a produção e a disseminação do conhecimento. Essa dinâmica contribui para a manutenção de uma ordem social injusta, em que algumas vozes são silenciadas e outras são amplificadas.

De acordo com Hartman, ressignificar existências é buscar sentido e dignidade em meio às narrativas históricas. A memória negada argumenta que a história oficial, muitas vezes, apaga ou minimiza experiências cruciais. Ela nos desafia a valorizar as memórias dos dominados, reconhecendo suas histórias e suas contribuições a partir do ato de ressignificar:

Quem se dedica a historicizar a multidão, as pessoas despossuídas, subalternas e escravizadas, se vê tendo de enfrentar o poder e a autoridade dos arquivos e os limites que eles estabelecem com relação àquilo que pode ser conhecido, à perspectiva de quem importa e a quem possui a gravidade e a autoridade de agente histórico⁴.

Nessa esteira de pensamento, acreditamos que, a partir das discussões Decoloniais de Quijano⁵ e Mignolo⁶, embora a dominação colonial tenha oficialmente terminado com a independência dos países colonizados, ela persiste através de um sistema global de poder que determina o que é válido e o que não é. Esse sistema é o resultado de um processo histórico de

⁴HARTMAN, Saidiya. *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos*: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encenqueiras e queers radicais. Tradução de Floresta. São Paulo: Fósforo, 2022. p. 7.

⁵QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

⁶MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

colonização, que envolveu a invasão e o controle de territórios por um povo sobre outro. Ressalta-se, ainda, que as invasões territoriais tratadas aqui não se limitam apenas à conquista de espaços geográficos. A nosso ver, elas envolvem dinâmicas complexas de sujeição, de poder e de resistência. Frisa-se que, a partir dessas percepções teóricas, bem como da análise de tais epistemologias, tem-se uma contribuição para compreender que as invasões são muito mais do que uma questão territorial. Em outros termos, elas moldam vidas, identidades e relações de poder.

No caso do Brasil, assim como em muitos outros países que foram colonizados, os efeitos dessa dominação colonial ainda são profundamente sentidos. O colonialismo, que se refere ao movimento de dominação de um povo sobre outro através de uma relação verticalizada, pode ter terminado com a independência dos países colonizados. No entanto, a colonialidade, que se refere à continuação desse movimento de dominação mesmo após a independência, ainda exerce uma grande influência em vários aspectos da vida dos povos que foram colonizados.

Por outro lado, ao relacionar a pandemia de Covid-19 ao contexto tratado, situação que resultou na perda de quase 15 milhões de vidas em todo o mundo, vem à tona uma série de questões complexas e multifacetadas. Nesse contexto, a análise histórica nos permite problematizar os desafios enfrentados por diferentes países e grupos populacionais durante essa tragédia global. No entanto, é fundamental considerar que a pandemia não afetou todas as pessoas de forma igual, e as disparidades sociais, econômicas e de saúde, também, desempenharam um papel significativo nesse quadro.

Em resumo, a pandemia de Covid-19 revelou-se uma tragédia global com impactos intensos e complexos. A análise histórica e as disparidades sociais e de saúde permitem uma melhor compreensão dos desafios enfrentados por diferentes países e grupos populacionais durante esse período crítico. No caso do Brasil, com sua vasta população, as questões de acesso desigual à saúde e as diferenças raciais na mortalidade ganham destaque como áreas de preocupação significativa. É essencial considerar esses fatores para desenvolver estratégias eficazes e equitativas no enfrentamento de crises epidemiológicas futuras.

Na primeira parte deste estudo, trataremos especialmente sobre *A Raça como Instrumento de Domínio Europeu sobre os Demais Povos*. Nesta seção, exploraremos como a noção de raça foi historicamente utilizada como um instrumento de poder e de controle pelos europeus durante o período colonial. Ainda, apresenta-se uma discussão acerca de como a ideia de superioridade racial foi usada para justificar a exploração, a escravização e a opressão de povos indígenas, africanos e

outros grupos étnicos. Também, sobre teorias racistas, como o eurocentrismo, que perpetuaram a hierarquia racial e influenciaram políticas coloniais.

Na sequência, *O Processo de Colonização Brasileira e Suas Consequências Raciais*. Neste tópico, examinaremos o contexto específico da colonização brasileira, que foi marcado por uma série de eventos que causaram profundos impactos nas relações raciais e sociais. Assim, analisaremos as consequências duradouras desse processo, incluindo a formação de uma sociedade racialmente complexa, marcada por desigualdades, preconceitos, discriminação e racismo.

Por fim, na última seção, apresenta-se *O Estado como Agente Controlador das Vidas*. Neste assunto, investigaremos o papel do Estado na regulação e no controle das vidas dos cidadãos, avaliando como as políticas públicas e instituições moldaram as experiências raciais no Brasil. Discutiremos questões como acesso à educação, à saúde, ao emprego e à justiça, bem como a luta contínua por igualdade e direitos civis.

Essas seções ajudarão a assimilar melhor a interseção entre raça, história e poder, bem como mostrarão que esses fatores continuam a influenciar nossa sociedade até os dias atuais.

A raça como instrumento de domínio europeu sobre os demais povos

A colonização, para além de se apropriar e explorar os meios materiais e econômicos, operou também na invisibilização e no apagamento de todas as características que pudessem deixar avançar as origens e os costumes dos povos colonizados, no caso, a sua cultura, assim como sua fala/linguagem, suas roupas e seus rituais.

Destaca que esse movimento de controle é vivenciado de forma ainda mais abrangente: “como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento”⁷.

O conceito de raça é o pressuposto que fundamenta todas as formas de dominação pela colonialidade, as quais são determinantes aos povos colonizados. Dessa maneira, Quijano⁸ aponta que o colonialismo assentou a Europa como centro do mundo, criando um perfil eurocêntrico, que nasceu com a colonização e se mantém até os dias atuais, rotulado como marca de poder hegemônico. A partir desses fundamentos amarrados na colonização, a população das Américas e do mundo foram sendo submetidas a esse novo padrão de domínio europeu.

⁷QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 121.

⁸ Ibidem.

Assim, tal padrão foi sendo naturalizado pelo mundo Ocidental, corroborando, então, a criação de identidades novas, de hierarquias, de papéis sociais. Assim como sinalizado por Quijano⁹ e Mignolo¹⁰, no instante em que destacam que a colonização não se restringiu à conquista de territórios físicos, visto que envolveu a imposição de um novo padrão de poder centrado na Europa.

Esse padrão de poder, chamado de colonialidade, permeou todas as dimensões da vida, incluindo a classificação social da população mundial com base na ideia de raça, contribuindo, assim, para que lugares antes definidos geograficamente, agora, passassem a ser definidos com base na classificação de raça. Assim, “a raça era simultaneamente o resultado e a reafirmação da ideia global da irreducibilidade das diferenças sociais”¹¹.

Desse modo, Kabengele Munanga¹², renomado antropólogo e estudioso das questões étnico-raciais, no Brasil, oferece uma perspectiva fundamental para compreender como a colonialidade e a construção de identidades se manifestam em nosso contexto.

Dessa maneira, aqueles que não se encaixavam na realidade estabelecida, em âmbito social, racial e cultural, europeia e norte-americana, eram rotulados como estrangeiros e, assim, excluídos da nação. Ao explicar a respeito da colonialidade sobre identidade, Munanga destaca que a colonização não se limitou à ocupação territorial, tendo em vista que moldou identidades, relações sociais e culturais. A classificação racial, imposta pelos colonizadores, teve um impacto profundo na construção da identidade das populações colonizadas. De acordo com ele, a exclusão e a subjugação davam sentido às lógicas coloniais que dominavam essas pessoas, negando-lhes direitos e reconhecimento pleno.

No entanto, acerca do contexto brasileiro, notadamente, Munanga investiga como a mestiçagem, o racismo e a negritude se entrelaçam. O autor desafia a ideia de uma identidade única e homogênea, revelando a complexidade das experiências afro-brasileiras.

Portanto, Mbembe ressalta que, na colônia, inevitavelmente, a identidade nacional e a cidadania estavam profundamente relacionadas à ideia racial de brancura. Ainda, ele aborda que a expressão do nacionalismo francês, bem como o pensamento da diferença racial, resultou em um

⁹QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

¹⁰MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, Dossiê: Literatura, Língua e Identidade, n. 34, p. 287-324, 2008.

¹¹MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 57.

¹²MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidades nacionais versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

universalismo francês, um produto do pensamento racial que colocou a França como centro e referência de mundo, como nação e cultura, em detrimento dos demais – classificando o colonizador e o colonizado, o civilizado e o primitivo.

Nesse prisma, o autor assegura que “O propósito da descolonização e do movimento anticolonialista poder-se-ia epilogar numa única palavra que a possibilitou: a abertura do mundo”¹³.

Percebe-se, de maneira gradativa, a construção do que pode ser visto como o centro do pensamento anticolonialista e da descolonização a partir do fator racial. Com base nas teorias construídas, notamos a intenção de legitimar e de tornar visível toda a cultura e o conhecimento do indivíduo colonizado, fazendo-o perceber-se como dono de si e como parte do mundo. Ademais, para sair dessa situação de subalternidade, é imprescindível se desvencilhar do aprisionamento causado pelo conceito de raça.

Assim, observa-se a internalização do conceito de raça e a sua influência significativa sobre as populações colonizadas. De acordo com Quijano¹⁴, o conceito de raça foi basilar para legitimar a dominação dos colonizadores a partir das ideias colonialistas. Concordamos como Fanon¹⁵, quando este aborda a naturalização dessa inferioridade criada por meio do conceito de raça pelos povos colonizados. O martinicano expõe os modos de vida e de costumes dos colonizados na perspectiva de sempre querer se tornar ou se assemelhar ao branco europeu, em todos os modos e âmbitos possíveis, nos modos de ser, de pensar, de agir e de se relacionar na busca do embranquecimento.

Sendo assim, são perceptíveis os danos motivados pela colonização ao criar a ideia imaginada de diferença das raças, dessa forma, favorecendo uma em detrimento da outra. Em uma perspectiva fanoniana, para elucidar nossa reflexão, é inevitável que a negra ao se relacionar com o branco é a de “salvar a raça” de um mal, o mal da negritude. Os negros e as negras, em razão da tamanha opressão que sofriam e como meio de se inserir na sociedade, acabam por negar a si próprios e a supervalorizar o branco, bem como tudo que é característico dele, em um processo de sobrevivência. Ainda de acordo com Fanon, essa atitude perpassa o psicológico do indivíduo, por meio de uma manipulação branca:

Qualquer que seja o domínio considerado, uma coisa nos impressionou: o preto, escravo de sua inferioridade, o branco, escravo de sua superioridade, ambos se comportam segundo uma linha de orientação neurótica. Assim, fomos levados a considerar a alienação deles conforme descrições psicanalíticas. O preto, no seu comportamento, assemelha-se a um

¹³MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 58.

¹⁴QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

¹⁵FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Rio de Janeiro: EDUFBA, 2008.

tipo neurótico, ou, em outras palavras, ele se coloca em plena neurose situacional. Há no homem de cor uma tentativa de fugir à sua individualidade, de aniquilar seu estar aqui. Todas as vezes que um homem de cor protesta, há alienação. Todas as vezes que um homem de cor reprova, há alienação¹⁶.

De acordo com Fanon¹⁷, é possível identificar que esse método de inferiorização do negro, se comparado ao branco, é patológico, haja vista que se torna legítimo dizer que é recíproco no sentido de que um se acha inferior e o outro superior, também, que ambos avigoram essa concepção de si e do outro. À medida que o negro é sistematicamente – e por meio de diferentes estratégias – inferiorizado, também se inferioriza e superioriza o branco, que se sente superior. Portanto, o negro passa a negar e a desvalorizar as suas ascendências, características e costumes, realizando o que o branco deseja sem se questionar. Assim, agenciando uma naturalização dos preconceitos, das violências criadas e estabelecidas pelo branco, uma vez que passa a ser um domínio psicológico em que não nos reconhecemos mais, como aponta Quijano:

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida¹⁸.

Nesse aspecto, recusamos a nossa cultura e nossas características físicas na procura incessante de ser o que não somos: a busca por embranquecer. E o modelo criado do conceito de raça foi primordial para que se criassem e continuassem todos esses preconceitos dicotômicos e polarizantes do que é bom e do que é ruim, do válido e do inválido. “Os povos colonizados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade e, conseqüentemente, também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”¹⁹.

Mbembe lembra que a colonização cumpriu um papel de subjugar e de destruir toda a cultura do colonizado, o que contribuiu para que mudasse sua razão de viver e também mudasse de razão:

É, em parte, graças a sua fantástica capacidade de proliferação e metamorfose que faz estremecer o presente daqueles que escravizou, infiltrando-se até nos seus sonhos, preenchendo seus pesadelos mais medonhos, antes de lhes arrebataram lamentos atrozes. Por sua vez, a colonização não passou de uma tecnologia ou de um simples dispositivo, não

¹⁶FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Rio de Janeiro: EDUFBA, 2008. p. 66.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 130.

¹⁹ Ibidem, p. 118.

passou de ambiguidades. Foi também um complexo, uma trama de certezas, umas mais ilusórias do que outras: a força do falso²⁰.

Em suma, o perfil colonialista separou o mundo em dois a partir da ideia de raças desiguais. O mundo é assim dividido: pela raça branca e pelos demais sujeitos que não fazem parte dessa linhagem. Portanto, é evidente que há uma desvalorização e que o futuro do indivíduo é caracterizado por sua cor. O padrão determina(rá) papéis na sociedade, isto é, o branco e o negro têm seus futuros predeterminados, como destaca Fanon:

Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça. Nas colônias a infraestrutura econômica é igualmente uma superestrutura. A causa é consequência: o indivíduo é rico porque é branco, é branco porque é rico²¹.

Desse modo, evidenciamos que o modelo organizacional da sociedade mundial contribuiu e ainda contribui para demarcar ocupações de espaços, assim como mostrar quais grupos devem permanecer ditando as regras ou normas para a vida em sociedade, ou seja, quem vai decidir os direitos e deveres para a vida. No entanto, essa organização estabelece aos grupos privilegiados, principalmente, locais de garantia de uma vida com enorme dignidade para alguns e o desprivilegio para outros, que são desassistidos pela falta de políticas públicas efetivas.

O processo de colonização brasileira e suas consequências raciais

A história do Brasil é entrelaçada por uma complexa rede de eventos, que abrange desde períodos de trabalho escravizado até momentos de rica diversidade cultural e de resistência.

Essa trajetória persistiu ao longo de séculos, culminando com a consolidação das primeiras formas do modelo econômico capitalista. Nesse tecido histórico, encontramos as marcas das lutas, das misturas culturais e das transformações que moldaram a nação brasileira, como é alertado por Faustino²². Assim, o Brasil apresenta marcas econômicas e sociais particulares, que o difere tanto do caminho seguido pelos países do capitalismo clássico, como é o caso da França e da Inglaterra, quanto dos casos como o da Alemanha, Itália, Portugal e Japão, considerados como via prussiana²³.

²⁰MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. p. 19.

²¹FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Rio de Janeiro: EDUFBA, 2008. p. 62.

²²FAUSTINO, Deivison. *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Escuta, 2018.

²³Parron, Tâmis. Capital e raça: os segredos por trás dos nomes. Revista Rosa. 2º série, n. 2, 9 de nov, 2020. Disponível em: encurtador.com.br/kEJM3. Acesso em: 19 maio 2024. Aponta reflexões muito importantes no artigo publicado na

Observamos que, no primeiro caso, a relativa universalização dos direitos civis, políticos e sociais foi pensada, mesmo abstratamente, como pressuposto para a consolidação da sociedade burguesa sob a antiga ordem social estamental. Por isso, Fanon é categórico ao apontar que:

Os estados europeus fizeram a sua unidade nacional num momento em que as burguesias nacionais tinham concentrado em suas mãos a maior parte das riquezas. Comerciantes e artesãos, funcionários e banqueiros monopolizavam, no quadro nacional, as finanças, o comércio e as ciências. A burguesia representava a classe mais dinâmica, mais próspera. Sua ascensão ao poder lhe permitia lançar-se em operações decisivas: industrialização, desenvolvimento das comunicações e, logo, procura de mercados para “além-mar”²⁴.

Observa-se que o Brasil carrega consigo aspectos históricos e sociológicos, os quais esclarecem a via colonial de entificação do capitalismo e suas influências para a conjuntura atual, uma vez que o desvelamento das relações entre o racismo e o atual estágio de acumulação capitalista afeta a vida das minorias que fazem parte de um conjunto de periferias globais. Para tanto, essa característica de Estado/nação colonizado traz sequelas aos sujeitos que lidam com as dificuldades que permeiam a vida de crianças, jovens e adultos. Estes, além de viver em situação de vulnerabilidade, também são estigmatizados e subalternizados pelo sistema governamental, que simplesmente os “engole”.

É necessário sempre apontar o percurso que se conduziu para a criação do Brasil, tendo em vista que sua formação se deu a partir do suor e do sangue de milhares de indígenas e de negros capturados em outros continentes, trazidos em navios à força para garantir e sustentar as bases econômicas da época. As metrópoles localizadas na Europa determinavam o que suas colônias deveriam fazer, obviamente, com base nos moldes metropolitanos. Esses moldes abrangiam diversos aspectos da vida colonial, desde a organização política e econômica até a cultura e religião, e se manifestavam na forma como as metrópoles europeias exploravam os recursos naturais e humanos das colônias. Segundo Frantz Fanon, “literalmente a criação do Terceiro Mundo está intrinsecamente ligada às riquezas que o sufocam, as quais foram roubadas dos povos subdesenvolvidos”²⁵.

Nessa afirmação, Fanon destaca como a exploração das riquezas naturais e humanas dos países subdesenvolvidos contribuiu para a formação do conceito de Terceiro Mundo. Essa reflexão

revista em questão, especialmente quando menciona que a era dos direitos civis nas metrópoles foi a mesma da ascensão da escravidão nas coloniais.

²⁴FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968. p. 168.

²⁵FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fator, 2010. p. 122

nos convida a considerar as implicações históricas e sociais desse processo de expropriação e constatar como ele continua a moldar as relações globais até os dias atuais.

É relevante mencionar um trecho da obra “Atlântico Negro”, que ilustra os caminhos que moldaram as colônias. Ao fazermos essa análise, buscamos compreender como os projetos para os grupos colonizados foram estabelecidos e como essas estruturas influenciaram o desenvolvimento das sociedades coloniais. A seguir, podemos verificar um dos percursos que se estabeleceu:

Deve-se enfatizar que os navios eram os meios vivos pelos quais se uniam os pontos naquele mundo atlântico. Eles eram elementos móveis que representavam nos espaços de mudança entre os lugares fixos que eles conectavam. Consequentemente, precisam ser pensados como unidades culturais e políticas em lugar de incorporações abstratas do comércio triangular²⁶.

De acordo com Gilroy²⁷, o modelo do Atlântico Negro suscita uma reflexão sobre a desterritorialização da cultura. Em contraste com a ideia de uma cultura fechada e codificada no corpo, esse modelo sugere uma atenção além das fronteiras. Sob a perspectiva da diáspora, não é apenas a raça que importa, mas também importam as formas geopolíticas e geoculturais de vida. Essas formas são moldadas pela interação entre sistemas comunicativos e contextos, indo além das limitações impostas pelo espaço físico. É uma visão que transcende barreiras e nos conecta a uma rede global de experiências e de identidades.

As embarcações ainda remetem à micropolítica do tráfico de pessoas escravizadas e à sua relação tanto com a industrialização quanto com a modernização. Essa viagem marítima, por assim dizer, suscita uma reflexão sobre a relação entre a modernidade e o que é considerado sua pré-história. De maneira geral, essa perspectiva oferece uma visão diferente do início da modernidade, especialmente nas relações com estrangeiros, que tanto fundamentam quanto moldam um sentido autoconsciente da civilização ocidental.

Na tentativa de demonstrar o poder pelo qual o processo de colonização se acentuou nas colônias, podemos destacar o relato da experiência de Frederick Douglass nos EUA e suas transcrições, a fim de identificar a semelhança com o Brasil durante o período da escravidão.

Aprendemos, por meio de seu olhar, de que modo as sociedades construídas sobre o trabalho escravo firmaram, a exemplo do que ocorreu no Brasil, um pacto de todos contra os escravizados, pacto este que está na composição das instituições jurídicas, das instituições políticas e na vida cotidiana. Ao expor a forma como, diante de tal situação, a subjetividade de seu autor foi moldada, acessamos as contradições existentes em sociedades fundadas sobre os princípios do liberalismo e do republicanismo, mas que nem

²⁶GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 1953.p. 60.

²⁷ Ibidem.

a liberdade que apregoavam e nem o republicanismo que defendiam poderiam se estender a todos os indivíduos, e por um motivo bem simples: eram sociedades que orbitavam econômica, política e culturalmente em torno da escravidão²⁸.

No Brasil, as elites brancas, ao longo dos séculos XVI até meados do século XIX, articularam-se no movimento de luta contra a abolição da escravatura. Argumentava-se que, ao libertar as pessoas de suas “mãos e pés”, surgiria a questão de quem poderia manter a continuidade das principais fontes econômicas, como o ouro e a cana-de-açúcar, entre outros gêneros alimentícios. Naquelas circunstâncias, a estratégia foi a de desumanizar os povos africanos. Tentaram retirar tudo o que fazia parte das memórias e tradições daqueles homens e daquelas mulheres, humanos e humanas, a começar pelo nome, pelo país de origem, pelo laço familiar, pelo traço subjetivo que o tornava indivíduo.

Portanto, a partir da obra “Atlântico Negro”, é notório que o oceano Atlântico fez parte dos caminhos de milhares de negros escravizados, entretanto, suas marcas se diferem em diversos aspectos, a começar por sua ancestralidade, língua, costumes e grupo/etnia. No Brasil, os dados demográficos apresentam um maior quantitativo da população negra, que foram e continuam negados antes e depois da abolição, a começar pelos direitos básicos como: saúde, moradia, educação, emprego, alimentação, dentre outros aspectos essenciais para obter uma vida mais digna. Os efeitos do sistema colonial não ampararam, após a chamada abolição da escravatura.

A historiografia desempenha um papel crucial na compreensão dos eventos que ainda ecoam no tempo presente. Marc Bloch²⁹ destaca que o cerne do ofício do historiador é a interligação entre passado e presente: compreender o presente à luz do passado e, simultaneamente, compreender o passado à luz do presente. Como ele bem afirmou, “[...] o historiador nunca sai do tempo. [...]”³⁰.

Essa abordagem permite contextualizar o presente por meio da historiografia, situando os acontecimentos atuais em suas raízes históricas. Dessa forma, pode-se compreender como o passado moldou as estruturas sociais, políticas e culturais que ainda influenciam nossa realidade. Assim, questionar e reinterpretar nossos estudos do passado torna-se um incentivo a interrogar narrativas estabelecidas, além de realizar algumas releituras dos eventos à luz de novas evidências.

²⁸DOUGLASS, Frederick. *A narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano*: escrita por ele mesmo. Trad. Leonardo Pogliana Vida. Porto Alegre: [s.ed.] 2012, p.01.

²⁹BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2001.

³⁰BLOCH, Marc. *A história, os homens e o tempo*. In: _____. *Apologia da História ou O ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001, p. 135.

Por fim, a historiografia nos lembra de que a compreensão histórica está sempre em evolução, uma vez que, aprender com a História, analisando o passado, é aprender com os erros e acertos de gerações anteriores. Essa aprendizagem pode nos capacitar a tomar decisões mais informadas no presente.

O Estado como agente controlador das vidas

Por certo, ao analisar um pouco mais os impactos ou efeitos que atingem os grupos marginalizados, identificamos ações/attitudes que são corriqueiras e continuam atravessando o bem-estar das minorias brasileiras, como já destacado neste texto. Dessa maneira, Bento³¹ parte do conceito da necrobiopolítica,³² com a finalidade de compreender os métodos empregados pelas diferentes ações do Estado em relação à vida de determinados grupos e ao modo de distribuição do direito a ela. Para tanto, evidencia-se que, a partir dessa conceituação, é possível verificar as inúmeras violências³³ contra as populações negras, indígenas, quilombolas, LGBTQIAP+ etc. A autora legitima o Estado como agente fundamental para a distribuição das diferenças e para o devido reconhecimento à humanidade, que, uma vez recusado, gera consequências negativas para tais grupos “minoritários”.

Assim, a história como ciência desempenha um papel primordial na formação e na compreensão do sujeito. Marc Bloch argumentou que a história é a ciência que estuda os homens no tempo. No entanto, é importante ressaltar que nenhum sujeito pode ser considerado um objeto em si. Em vez disso, são os vestígios deixados por esses sujeitos que são transformados em fontes, que se tornam o foco do estudo histórico. Tal perspectiva é apoiada por Lélia González em seu trabalho *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*, publicado na *Revista Ciências Sociais Hoje*³⁴.

Em seu artigo, Lélia González aborda questões cruciais relacionadas à interseção entre raça e gênero. No entanto, aqui, nosso foco será o marcador social raça, na tentativa de compreender como autora aborda Racismo e Neurose Cultural Brasileira. González também aponta que o racismo é um sintoma central da neurose cultural brasileira. Para ela, as estruturas sociais e históricas

³¹BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu* (53), n. 53, p. 1-16, 2018.

³²O conceito também é trabalhado a partir da leitura de Foucault que define “aquele domínio da vida sobre a qual o poder estabeleceu o controle” (Foucault, 1997, p. 213-234).

³³A partir dos dados apresentados conseguimos constatar o que a autora aponta. Disponível: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 10 jun. 2023.

³⁴GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, ANPOCS, p. 223, 1984. p. 223.

perpetuam a desigualdade racial no país. Ainda, ela desmonta a ideia de “democracia racial” no país, demonstrando que as relações entre raças são profundamente hierárquicas e desiguais.

Nessa perspectiva, a base do ofício de historiador é constituída por meio da tarefa de delimitar, selecionar e recortar os fatos históricos dos temas a serem estudados. O historiador alerta acerca de como funciona: “isso demonstra que existe uma diferença entre o passado, aquilo que vivemos no cotidiano e a História enquanto conhecimento, pois a segunda é produto da escrita dos historiadores e, portanto, de suas escolhas e seleções”. Esse passado somente se tornará história se o historiador o estudar, registrar e interpretar.

Ademais, o trabalho investigativo de historiador quase sempre possibilita apontar políticas e ações tenebrosas de agentes, que, munidos de artifícios, formulam e colocam em prática estratégias que camuflam suas atitudes. Assim, na maioria das vezes, não são notadas na forma de governar um país, de tal modo que um dos mecanismos é a adoção da política “negacionista” do direito à vida dos sujeitos. Política está evidenciada no governo passado, a saber, o descaso na atuação brasileira diante de uma pandemia mundial, que teve o Brasil como epicentro da doença, bem como sobre o governo federal não ter atuado para estimular o combate e a prevenção do vírus que continuou ceifando vidas dia após dia.

Nesse aspecto, a partir de uma perspectiva histórica, busca-se problematizar algumas questões da tragédia mundial que vitimizou aproximadamente quase 15 milhões³⁵ de pessoas em todo o mundo, dados estimados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Isso representa um total de 13% de mais óbitos do que o normalmente esperado para um período de dois anos. No Brasil,³⁶ com uma população de 210.147.125, no mesmo período, a taxa de mortalidade era de a cada 100 mil, um total de 35,57 por região. Em síntese, é possível levantar alguns questionamentos, tais como: o que explica um país como o Brasil, conhecido internacionalmente por dispor de um sistema universal e gratuito de saúde, ter chegado ao mês de junho de 2020 como um dos mais afetados pela pandemia de Covid-19? Por que, entre os milhares de casos de infecção e os vários óbitos, a quantidade de pessoas negras³⁷ mortas é muito maior que a de brancos? Quais os fatores sociais e históricos que explicam a magnitude desta crise epidemiológica?

³⁵Ver em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2022/05/05/numero-real-de-mortes-por-covid-no-mundo-pode-ter-chegado-a-15-milhoes-diz-oms>. Acesso em: 10 jun. 2023.

³⁶ Ver em https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html. Acesso em: 12 jun. 2023.

³⁷ Ver em <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/negros-sao-os-que-mais-morrem-por-covid-19-e-os-que-menos-recebem-vacinas-no-brasil>. Acesso em: 14 jun. 2023.

Desse modo, notamos que o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, à época, produziu inúmeras narrativas por meio das diferentes mídias amenizando a gravidade do vírus, prova disso foram as frases usadas: "superdimensionado"; "gripezinha"; "vamos todos morrer um dia"; "e daí?"; "cobre do seu governador" e "não precisa entrar em pânico". Todas essas frases foram proferidas pelo presidente, durante o momento em que mais se agravava a doença, assim, suas atitudes serviram como ferramenta para minimizar as mortes e, além disso, para justificar a ineficiência das vacinas.

Também, deslegitimou a Organização Mundial de Saúde, com o objetivo claro de inviabilizar a quantidade de pessoas que perderam a vida ou que foram acometidas pela Covid-19. Dessa forma, além de usar discursos pragmáticos como "o Brasil não pode parar", conquistou apoio de empresários e de fanáticos, que, sem se preocupar com as famílias que estavam perdendo seus entes queridos, continuaram apoiando o presidente em suas falácias. No entanto, essa invisibilidade tendenciosa em relação às minorias tem trazido novas reflexões sobre a relação entre o capitalismo e o racismo e as particularidades da exploração de classe em países nos quais foram inseridos o modo de produção capitalista baseado na colonização para entender a resposta brasileira diante da pandemia de Covid-19 no ano de 2020.

Dessa maneira, as desigualdades estruturais que compõem o capitalismo, mesmo nesses países, impediam que as anunciadas liberdades e a igualdade fossem alcançadas substancialmente. Neste sentido, como dizia Fanon, "o suor e os cadáveres dos negros, dos árabes, dos índios e dos amarelos", em territórios externos à Europa, permitiram que a exploração de classes tivesse sido acompanhada por estratégias de controle e de coesão, o que pressupõe, no mínimo, o reconhecimento da humanidade e relativo "bem-estar" dos explorados³⁸.

Na perspectiva de poder e na capacidade de ditar regras, lançamos outra problemática dentro de uma política de Estado para decifrar "quem pode viver e quem deve morrer". Assim, a partir das concepções de Mbembe,³⁹ ao utilizar o conceito de soberania, ganham ênfase os limites e os atributos fundamentais dela própria, uma vez que "exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder".

Ao analisar a crise epidêmica em território brasileiro, bem como a falta de políticas públicas ativas junto à população, constata-se a ausência do ex-chefe do poder executivo, durante sua

³⁸FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968. p. 116-117.

³⁹MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

gestão, além da falta de empatia e de melhor gerência da situação vivenciada no país, que elevou circunstancialmente a dor de milhares de famílias. Para tanto, um ex-presidente, o qual carrega consigo características de neofascista, totalitarista, racista, homofóbico e uma política neoliberal, fez do país um campo de extermínio de crianças, de jovens e adultos.

Por fim, frisa-se que Mbembe,⁴⁰ com base na concepção de biopolítica, tem legitimado a crítica na política que mascara uma falsa democracia, bem como apresenta ponderações acerca da soberania dos indivíduos, que não se baseia pela autonomia dos sujeitos, mas pela taxaço da vida de maneira vulnerável.

Nesse aspecto, partimos para uma análise entre o papel do Estado e o esforço de pensar e de compreender a relação com a biopolítica (dar a vida) e com a necropolítica (promover a morte). De acordo com Bento⁴¹, essa situação brasileira pode ser confirmada por meio das notícias que circundam corriqueiramente os meios midiáticos, isto é, sobre crianças ou jovens atingidos por tiros nas periferias do Brasil ou, sobre mulheres agredidas por seus parceiros. Essas e outras situações de criminalidade, que acompanham as bordas das cidades brasileiras, levam dor e revolta às famílias, as quais, especialmente, são vistas por uma camada da sociedade como indivíduos marginalizados.

É por essas atitudes/ações que o Estado-nação não age de maneira eficaz e, por isso, é visto pela autora como peça-chave no conceito da biopolítica. Isso porque, quando seus governantes usam de seus dispositivos repressivos para atacar as “minorias”, constatamos que a opressão faz parte de uma política estatal e há técnicas de governabilidade com objetivos de eliminar aqueles/aquelas que são apresentados como um problema para o país.

O mesmo se passa com o racismo, porque as características biológicas ou culturais só são significantes de raça ou gênero em determinadas circunstâncias históricas, portanto, políticas e econômicas. Daí a importância de se compreender o peso das classificações raciais, não apenas na moldura dos comportamentos individuais ou de grupos, mas na definição de estratégias políticas estatais e não estatais⁴².

Sendo assim, por certo, tivemos um cenário de caos vivido pela situação gerada pela Covid-19, no Brasil, visto que Bolsonaro se poupou de estabelecer políticas sanitaristas e de tentar controlar esse vírus mortal, que, naquele momento, já havia tirado a vida de milhares de pessoas no país. Desse modo, revelou-se um chefe de estado que não tinha como foco princípios básicos

⁴⁰ Ibidem.

⁴¹ Ibidem.

⁴² ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p.37.

para governabilidade e, ao invés disso, optou por apoiar a ideia de que esses princípios eram despesas e não investimento.

Por conseguinte, surgiram inúmeras situações de calamidade nos diferentes setores do país, afetando a vida dos mais desprovidos dentro de um sistema excludente. Assim, o artigo intitulado *A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista* corrobora de maneira semelhante nos aspectos de como a pandemia foi mal gerenciada pelo ex-presidente. Em síntese, parafraseando Freire,⁴³ “concebe-se que, quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser opressor”.

Diante disso, o educador brasileiro, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, salienta que “o opressor só se solidariza com os oprimidos quando o seu gesto deixa de ser piegas e sentimental, de caráter individual, e passa a ser um ato de amor àquele”.⁴⁴

Nesse viés, em um Estado no qual não se investe em educação e em ciência, por certo, haverá falta de preparo da sociedade, que, provavelmente, elegerá políticos opressores, os quais, com técnicas subjetivas, controlam as massas e marginalizam alguns grupos, eximindo-se de responsabilidades frente aos problemas governamentais.

Assim sendo, o ex-presidente Bolsonaro procurou dar invisibilidade a esta catástrofe sanitária. Também, tendo preferência ideológica em continuar dividindo os grupos políticos, enfraquecendo os movimentos sociais e ameaçando os outros poderes, sinalizando a volta da ditadura, o fechamento do Supremo Tribunal Federal (STF), bem como atitudes opressoras. E, ainda, lamentavelmente, adquirindo seguidores que compactuam com seus ideais e com essa política colonizadora, capitalista e racista.

Por outro lado, faz-se útil e indispensável destacar as considerações de Foucault⁴⁵, que, ao longo do século XIX, legitimou críticas ao Estado. Com base nessas ponderações, foi possível identificar e compreender a situação da negligência de políticas mais ativas para o enfrentamento da Covid-19, no Brasil, em pleno século XXI. Nesse horizonte do pensamento foucaultiano, atentamos para o que Bento⁴⁶ promove acerca da soberania: “é que esse poder se diferencia do poder soberano e que detinha na prerrogativa de matar o conteúdo mesmo do seu mando”. Assim,

⁴³ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 66. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

⁴⁴ Ibidem, p. 50.

⁴⁵ FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁴⁶ BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? Cadernos Pagu, n. 53, p. 1-16, 2018.

observa-se que “O direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida”⁴⁷.

Nesse aspecto, cria-se a oportunidade de pensar sobre como esse fenômeno de poder, arraigado na figura do Estado moderno, pode se estabelecer de outra ordem, neste caso, inversa aos ideais foucaultianos. Trata-se de um poder que se fundamenta no “fazer viver” e no “deixar morrer” e que irá atuar com técnicas singulares às implementadas pelo poder disciplinar, em outros momentos, da história mundial. De tal modo:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”⁴⁸.

Enfim, com base em Foucault⁴⁹, observa-se que o novo procedimento estatal administra a multiplicidade dos homens, regula a vida, enquanto massa global, tendo em vista a massificação do homem-espécie em um conjunto de tecnologias de regulação absolutamente controladas pelo Estado, ainda que suas ações permaneçam atravessando séculos no controle das vidas.

Por fim, espera-se que fique evidente que os Estados que mais matam são aqueles que, na maioria das vezes, produzem violências e diferentes tipos de racismo na sociedade, visto que continuam afetando a vida dos grupos que são maioria, no entanto, são vistos como minorias.

Portanto, um dos legados, neste caso, uma denúncia à tragédia vivida pelos grupos subalternizados, é o conto *A gente combinamos de não morrer*, de Conceição Evaristo.⁵⁰ Nessa obra, a autora procura apresentar a realidade das pessoas à margem da sociedade. Nesse sentido, Evaristo aponta as situações cotidianas das pessoas pretas, em âmbito social, por meio das experiências, com a finalidade de legitimar as estratégias de violências gerenciadas pelo Estado, como ferramenta para dominar e exterminar as vidas periféricas.

Em resumo, “eles combinaram de nos matar, mas a gente combinamos de não morrer” é uma das ações que demonstra a resistência e a resignificação da herança colonial, que contribui para o não desaparecimento das ancestralidades e para a sobrevivência da população preta na sociedade brasileira, mesmo tendo que suportar as estruturas racistas, autoritárias e violentas que são regulamentadas no país.

⁴⁷FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p. 294.

⁴⁸ Ibidem, p. 294.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰EVARISTO, Conceição. *A gente combinamos de não morrer*. In: _____. *Olhos d'Água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

Considerações Finais

Neste trabalho, buscamos identificar e compreender a estratégia utilizada pela Europa para invadir os continentes, os quais são percebidos por eles como espaços sem progresso e sem cultura. Assim, uma das ações foi colonizar os países situados na América Latina, África e Ásia, mesmo que fosse preciso enfrentar quaisquer formas de resistências praticadas pelo colonizados.

Dessa maneira, o racismo se fundamentou, obtendo amparo das teorias eugenistas e do darwinismo social. Essa ideologia se solidificou ao se propagar por outros continentes fora da Europa, sustentando a crença de que existiam raças impuras ou inferiores que deveriam servir à raça branca.

De acordo com Quijano⁵¹, compreende-se a maneira pela qual a Europa passa a ser vista como o “novo padrão de sociedade” a ser seguido, uma vez que se apresenta como perfil de continente, concentrando sua hegemonia, constituindo formas de controle da subjetividade, da cultura e, em especial, do “conhecimento e da produção do conhecimento”, que corrobora a validação de suas teorias. Assim, cria-se uma espécie de padrão que vai sendo naturalizado por todos e compondo novas identidades, hierarquias, papéis sociais, bem como cooperação para que lugares que antes eram definidos geograficamente, agora, pudessem passar a ser definidos através da classificação de raça.

A história do Brasil está profundamente enraizada nos ideais eurocêntricos que atribuem à Europa um papel central no plano colonialista. Durante esse período, a colônia brasileira foi construída com suor e sangue de milhares de indígenas e africanos. Esses grupos foram capturados em outros continentes e trazidos à força em navios para garantir e sustentar as bases econômicas da época. Em resumo, a exploração colonial brasileira foi marcada por uma exploração brutal desses povos, cujas vidas foram sacrificadas em prol dos interesses econômicos europeus.

No Brasil, as elites brancas, ao longo dos séculos XVI até meados do século XIX, articularam-se no movimento de luta contra a abolição da escravidão, com argumentos de que se libertassem suas “mãos e pés”, não haveria quem trabalhasse para manter as principais fontes econômicas, como ouro e cana-de açúcar, entre outros gêneros alimentícios. Naquelas circunstâncias, a estratégia foi a de desumanizar os povos africanos. Tentaram retirar tudo o que fazia parte das

⁵¹QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

memórias e das tradições daqueles homens e daquelas mulheres, humanos e humanas, a começar pelo nome, pelo país de origem, pelo laço familiar, pelo traço subjetivo que o tornava indivíduo.

Fica evidente que a falta de uma política de reparação social dos grupos marginalizados, no Brasil, resulta dessas consequências que são vistas nos dias de hoje como sequelas de um passado que ainda se faz presente nas vidas de milhares de pessoas.

Em se tratando da maneira específica a questão sanitária, que legitimou o país a estar no topo mundial da crise epidêmica naquele momento, uma vez que o ex-presidente Bolsonaro se demonstrou despreparado para planejar estratégias para controlar a Pandemia de Covid-19. Nesse contexto, com base nas ideias dos autores já mencionados, observa-se que as formas contemporâneas, as quais subjagam a vida ao poder da morte, *necropolítica* e *necrobiopolítica*, reconfiguram profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror.

Ademais, notou-se que o Brasil, naquele momento de crise epidemiológica, presenciou um caos no sistema único de saúde (SUS), que deveria estar mais bem preparado para dar conta do contingente de pessoas que buscavam atendimento, além do desprezo apresentado pelo ex-governante em atender as chamadas minorias, considerando-os como agentes de despesas para os cofres públicos do país.

Essas minorias continuam sendo marginalizadas por uma camada da sociedade, uma camada que usa discursos de ódio, racistas, homofóbicos, antidemocráticos e meritocráticos, reforçando a inviabilização das vidas que foram sendo ceifadas pela Covid-19.

Contudo, intencionou-se apresentar o poder estatal que se estabeleceu, instituído desde a formação do país, percorrendo a colonização e a criação de raças, e que, nos dias de hoje, se perpetua no Estado, detentor do controle, sobretudo da vida das pessoas em suas diferentes conjunturas.

O sistema brasileiro é alertado por Almeida⁵² como sendo racista desde a sua estruturação, o que pode ser constatado em momentos de abordagens policiais em periferias e favelas, embora saibamos que este é apenas um dos setores que apresenta um cunho racista, o qual faz parte dos dispositivos estatais e, em ações policiais, determina quem deve morrer e quem deve viver. Assim, legitimou-se a ausência do ex-chefe de estado para o controle da Covid-19.

⁵²ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. p.37.

Por fim, além da crise sanitária, apresentamos, sobretudo, o genocídio da população negra, que, para além da negação dos direitos básicos, sofre com a atual realidade da sistematização das violências e da cristalização do racismo, naturalizando a precarização das vidas.